

Apresentação

O Centro de Estudos Judiciários do Tribunal de Justiça de Pernambuco foi criado através da Resolução nº 120 da Corte Especial do Tribunal de Justiça de Pernambuco, publicada no Diário oficial, em 25/02/1999, com a finalidade institucional de definir as diretrizes básicas para a realização de cursos para a formação, o aperfeiçoamento, a especialização e o treinamento de magistrados e servidores; promover e organizar pesquisas, cursos, congressos, simpósios, conferências e estudos; dar apoio técnico às comissões incumbidas da seleção de pessoal; coordenar o desenvolvimento e o aperfeiçoamento tecnológico integrados da biblioteca, do museu, da memória e do banco estadual de dados da Justiça Estadual; realizar estudos e projetos relativos à organização e administração judiciárias e à prestação jurisdicional; editar o Arquivo Forense, boletins e páginas em periódicos ou meio eletrônico de transmissão de dados para divulgação de matéria doutrinária, legislativa e jurisprudencial de interesse da Justiça Estadual, visando ao aprimoramento profissional e cultural dos integrantes da Justiça Estadual, e conseqüentemente, à melhoria dos serviços judiciais e extrajudiciais, contando com a colaboração de escolas de formação de magistrados e servidores.

Teve como Diretores os Exmos. Srs. Desembargador Jones Figueirêdo Alves, atual Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, no período de 26 de abril de 1999 a 13 de fevereiro de 2004, e Desembargador Frederico Neves, atual Diretor da Escola Superior da Magistratura do Estado, no período de 13 de fevereiro de 2004 a 22 de fevereiro de 2008, e atualmente a minha pessoa, desde 22 de fevereiro de 2008.

O nosso Centro de Estudos embora institucionalmente vinculado a valiosas ações aperfeiçoadoras da prestação jurisdicional, é órgão bastante novo e que se ressentido de uma estrutura mais adequada para seu efetivo funcionamento.

Os ilustres Desembargadores que me antecederam muito fizeram nas suas respectivas gestões, mesmo com todas essas dificuldades, deixando o Desembargador Frederico Neves instalações físicas dignas para que o Centro de Estudos possa se tornar ainda mais efetivo, e é esse o meu maior compromisso com a comunidade do Judiciário: montar a estrutura funcional básica do órgão, dotá-lo de orçamento próprio e criar rotinas necessárias à criação e realização de ações direcionadas à melhoria técnica dos magistrados e servidores.

Criamos uma nova rotina para os informativos, que agora são publicados todas as quartas-feiras no Diário Oficial do Estado, com temas importantes e atuais decididos por todos os tribunais do país, além de informar sobre encontros jurídicos e sítios da internet de interesse jurídico.

Esta revista revela mais uma dessas ações que agora é realizada, trazendo ao Judiciário Pernambucano, como de resto a todos os usuários da Justiça, matérias variadas e controvertidas, de leitura curta e objetiva, com tiragem semestral, ao menos por enquanto, e que será distribuída gratuitamente a todos os magistrados do Estado.

Os autores das matérias são todos magistrados estaduais com relevantes serviços prestados e graduados com títulos de Doutor ou de Mestre em Direito, parte deles responsáveis pelos Cursos de Aperfeiçoamento de Magistrados que, por força de

comando constitucional, tiveram início na atual gestão da Escola Superior da Magistratura do Estado, sob responsabilidade do seu atual Diretor, o Desembargador Frederico Neves.

Registro meus agradecimentos aos Desembargadores Jones Figueirêdo Alves e Frederico Neves, anteriores Diretores, por toda a orientação necessária a suportar a grande responsabilidade de gerir o Centro de Estudos do Tribunal, como também a todos os servidores do Centro de Estudos, sem os quais as ações propostas, inclusive esta revista, não se tornariam realidade.

No mais, outros passos serão trilhados. É só questão de um pouco mais de tempo. Humildade e determinação não me faltarão.

Critiquem e façam sugestões, pois estaremos sempre abertos ao que de melhor for para o Centro de Estudos.

Ao final, é importante salientar que a razão de ser do Centro de Estudos não é outra, senão melhor condicionar tecnicamente toda a estrutura do judiciário, especialmente os magistrados, para que o tempo do processo seja o mais razoável possível.

Desembargador Ricardo Paes Barreto
Diretor do Centro de Estudos Judiciários - TJPE